

**MARCO
AURÉLIO
MELLO**

ESCRITOS DE
**DIREITO
PÚBLICO**
CONTEMPORÂNEO

Organização

CARLOS ALEXANDRE DE AZEVEDO CAMPOS

VINICIUS DE ANDRADE PRADO

2021



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
· Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

M527e Mello, Marco Aurélio.
Escritos de Direito Público Contemporâneo / Marco Aurélio Mello – São Paulo: Editora JusPodivm, 2021.
496 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5680-744-7

1. Direito público. I. Mello, Marco Aurélio. II. Título.

CDD 341

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

2020 2022 2025 2028 2031 2034 2037 2040 2043 2046 2049

PREFÁCIOS

O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	21
COLABORAÇÃO (DELAÇÃO) PREMIADA	25
ESTUDOS SOBRE A REFORMA DA LEI DE ARBITRAGEM	27
PENSADORES DA LIBERDADE - VOLUME 3	29

PARTE 1 DIREITOS FUNDAMENTAIS

25 ANOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL – UMA HISTÓRIA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	33
1. Introdução	33
2. O projeto político e social da Constituição de 1988	36
2.1. A disciplina dos direitos fundamentais	37
2.2. O Supremo pós-Constituição de 1988	40
3. Interpretação constitucional	44
4. Os direitos fundamentais na visão do Supremo	49
4.1. Liberdades fundamentais	50
4.2. Dignidade da pessoa humana	59
4.3. Garantias fundamentais em matéria penal	63
4.4. Igualdade	68
4.5. Segurança jurídica	73
4.6. Garantias fundamentais processuais	78
4.7. Direitos sociais e econômicos	83
4.8. Proteção ao meio ambiente	85
5. Conclusão	87

6	A SEGURANÇA JURÍDICA E O SUPREMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PRECEDENTES EM MATÉRIA ELEITORAL E TRIBUTÁRIA _ _ _ _ _	161
1.	Introdução	161
2.	Segurança jurídica em matéria eleitoral e tributária	162
3.	Conclusão	167

PARTE 2
DIREITO ELEITORAL E DEMOCRACIA

7	FICHA-LIMPA E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – NOTAS SOBRE O JULGAMENTO DAS ADCS Nº 29 E 30 DA ADI Nº 4.578 _ _ _ _ _	171
1.	Introdução	171
2.	Objeto	172
3.	Análise das inelegibilidades	178
4.	Ficha-limpa e irretroatividade	184
5.	Conclusão	185
8	A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E A INCONSTITUCIONALIDADE DO FINANCIAMENTO PRIVADO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS POR PESSOAS JURÍDICAS _ _ _ _ _	187
1.	Introdução	187
2.	O que é democracia?	188
3.	Democracia representativa e o direito fundamental a um processo eleitoral justo e igualitário	193
4.	A nefasta influência do dinheiro nas eleições em prejuízo da democracia representativa	195
5.	A inconstitucionalidade do financiamento das campanhas pelas pessoas jurídicas no Brasil	199
9	A TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS COMO MEIO DE FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA _ _ _ _ _	201
1.	Introdução	201
2.	O que é democracia?	203
3.	Democracia participativa, controle social sobre as decisões públicas e a importância do direito fundamental à informação	208
4.	Vivemos uma “democracia digital”?	211
5.	Conclusão	214

PARTE 3

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

	10	CINCO ANOS DE REPERCUSSÃO GERAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS _	217
	1.	Introdução	217
	2.	Procedimento relacionado à primeira fase do julgamento.....	218
	3.	Repercussão geral e sobrestamento de processos.....	222
	4.	A observância do precedente	225
	11	A EFICÁCIA DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO _ _ _ _ _	229
	1.	Introdução	229
	2.	O cenário pós-Constituição de 1988.....	229
	3.	A Jurisprudência do STF.....	230
	4.	Considerações finais	234
	12	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DO PROCESSO LEGISLATIVO ANTE OS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICO E DA SEPARAÇÃO DE PODERES _ _	237
16	1.	Introdução	237
	2.	O princípio estruturante da separação de poderes	239
	3.	A jurisprudência do Supremo quanto ao controle de constitucionalidade do processo legislativo	242
	4.	A impossibilidade do controle de constitucionalidade do conteúdo dos projetos de lei ante o princípio da separação de poderes.....	250
	5.	O Supremo deve aceitar o diálogo com o Congresso Nacional	252
	6.	Conclusões	256
	13	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL _ _ _ _ _	259
	1.	Introdução	259
	2.	Pressupostos intrínsecos	260
	2.1.	Cabimento	260
	2.1.1.	Legitimidade recursal	260
	2.1.2.	Interesse recursal	261
	2.1.3.	Inexistência de fato extintivo do direito de recorrer.....	261
	2.2.	Pressupostos extrínsecos.....	262

2.2.1.	Oportunidade	262
2.2.2.	Preparo	263
2.2.3.	Regularidade formal	264
3.	Jurisprudência defensiva	265
4.	Pressupostos especiais	266
4.1.	Decisão de única ou última instância	266
4.2.	Prequestionamento	266
4.3.	Repercussão geral	268
4.3.1.	Contextualização	268
4.3.2.	Repercussão geral: aspectos legislativos, doutrinários e jurisprudenciais	269
5.	Conclusão	272
14	A RECLAMAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO -----	275
1.	Introdução	275
2.	A reclamação na jurisprudência do Supremo antes do Código de Processo Civil de 2015	276
3.	Síntese da disciplina da reclamação de acordo com a Lei nº 13.105/2015	278
4.	A reclamação e a jurisprudência do Supremo após o novo Código: duas questões relevantes	279
5.	Conclusão	283
15	SUPREMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA -----	285
1.	Introdução	285
2.	A aplicabilidade das normas constitucionais segundo José Afonso da Silva	286
3.	O dever de tutela do mínimo existencial	289
4.	A objeção da reserva do possível	294
5.	A objeção das capacidades institucionais	296
6.	O Supremo e as políticas públicas	297
6.1.	O caso do fornecimento dos medicamentos de alto custo	297
6.2.	O caso do sistema carcerário nacional	303
7.	Conclusão	310

	16	A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO: ANÁLISE E CRÍTICA AO INSTITUTO _____	313
	1.	Introdução	313
	2.	A modulação dos efeitos da decisão e a jurisprudência do Supremo ...	314
	3.	Conclusão	323
	17	A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PELO SUPREMO NOS 30 ANOS DE VIGÊNCIA DA CARTA DE 1988: A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A INFLUÊNCIA DO JUDICIÁRIO NA CULTURA BRASILEIRA RECENTE _____	325
	1.	Introdução	325
	2.	O espírito da Carta de 1988: a consagração dos direitos fundamentais ...	326
	3.	O Judiciário na determinação da juridicidade de uma cultura.	329
	4.	Conclusão	331
		PARTE 4	
		DIREITO PENAL	
18	18	O SUPREMO E O SISTEMA CARCERÁRIO NACIONAL _____	335
	1.	Introdução	335
	2.	O sistema prisional brasileiro e a agenda do Supremo.	336
	3.	A situação vexaminosa do sistema penitenciário brasileiro	339
	4.	A violação de diversos direitos fundamentais e o aumento da criminalidade	341
	5.	A responsabilidade do Poder Público	342
	6.	O possível papel do Supremo.	344
	7.	Conclusão	351
	19	GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE NÃO CULPABILIDADE _____	353
	1.	Introdução	353
	2.	O princípio da presunção de não culpabilidade	354
	3.	A jurisprudência do Supremo desde a Constituição de 1988 até o julgamento do <i>habeas corpus</i> nº 84.078.	357
	4.	O julgamento do <i>habeas corpus</i> nº 126.292 e as ações declaratórias de constitucionalidade nº 43 e nº 44	363
	5.	Conclusão	369

PARTE 5
DIREITO ADMINISTRATIVO

20	O COMÉRCIO DE PRODUTOS DE CONVENIÊNCIA POR DROGARIAS _ _	373
1.	Introdução	373
2.	Da ausência de inconstitucionalidade formal: a competência dos estados e do Distrito Federal para legislar sobre a matéria	376
3.	Da ausência de inconstitucionalidade material: a restrição desproporcional às atividades econômicas das farmácias e drogarias pretendida pela Procuradoria Geral da República	379
4.	Conclusão	381

PARTE 6
DIREITO TRIBUTÁRIO

21	INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS	385
1.	Introdução	385
2.	A Interpretação Constitucional	386
3.	A Interpretação do Sistema Constitucional Tributário	389
4.	Regras de Competência Tributária	391
4.1.	ISS e serviços de locação	392
4.2.	Contribuição previdenciária e folha de salários	393
4.3.	Cofins e conceito de faturamento	395
5.	Princípios Constitucionais Tributários	397
5.1.	Anterioridade tributária	398
5.2.	Princípio da Capacidade Contributiva	400
6.	Imunidades Tributárias	402
6.1.	O alcance da imunidade recíproca às empresas públicas	403
6.2.	Imunidade dos templos de qualquer culto	404
6.3.	A imunidade dos livros, jornais e periódicos e o possível alcance aos chamados “livros eletrônicos”	406
7.	Conclusão	407
22	QUESTÕES JURÍDICAS NA ERA DIGITAL – O SUPREMO E A CONTROVERTIDA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DO “LIVRO ELETRÔNICO” _ _ _ _ _	409
1.	Introdução	409
2.	O “ambiente” do debate	411

3.	As balizas da controvérsia	413
4.	A realidade digital e os meios de ensino e informação.....	413
5.	As funções políticas e sociais das imunidades tributárias sob a óptica do Supremo	415
6.	A imunidade dos livros, jornais e periódicos na visão do Supremo	420
7.	A interpretação do artigo 150, inciso VI, alínea “d”, da Carta, ante a revolução da “era digital” – a imunidade do chamado “livro eletrônico”	425
8.	Conclusão.....	430
23	INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL	433
1.	Introdução	433
2.	A Interpretação Constitucional	434
3.	A Interpretação do Sistema Constitucional Tributário e dos Direitos Sociais	437
4.	Regras de Competência Tributária	443
5.	Direito sociais.....	448
6.	Conclusão	453

20

PARTE 7 DISCURSOS, PALESTRAS E HOMENAGENS

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO TSE	457
DISCURSO PARA A POSSE DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI NA PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – 10 DE SETEMBRO DE 2014	461
DISCURSO DOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA HISTÓRIA DE SUCESSO	465
PALESTRA – O PAPEL DO DIREITO NOS DESAFIOS GLOBAIS	471
PALESTRA – CIDADANIA NUM MUNDO EM TRANSIÇÃO – ENTRE MEDOS E A ESPERANÇA DEMOCRÁTICA	481
HOMENAGEM DA ASSESSORIA 2013/2015 UM TRIBUTO À INTEGRIDADE JUDICIAL: 25 ANOS DO MINISTRO MARCO AURÉLIO NO STF	487